

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

AS CONTAS MANIPULADAS DO GOVERNO SOBRE O AUMENTO DAS REMUNERAÇÕES DOS TRABALHADORES DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS EM 2023 PARA ENGANAR A OPINIÃO PÚBLICA E O SALDO DE 4004,7 MILHÕES € PREVISTOS NA SEGURANÇA SOCIAL EM 2023 À CUSTA DO AUMENTO DA POBREZA DOS PENSIONISTAS

Na pág. 56 do Relatório do Orçamento do Estado para 2023, pode-se ler que o Orçamento para 2023 **“garante uma atualização salarial média aos trabalhadores das Administrações Públicas (Central, Local e Regional) de 3,6% no próximo ano”** . E que o Estado gastará **“905 milhões e para a atualização base remuneratória e outras valorizações remuneratórias”**, que não incluem as progressões e promoções obrigatórias que custarão, segundo o mesmo relatório, 338 milhões €, nem a atualização do subsídio de refeição que custará, segundo também o relatório, 77 milhões €. E na pág. 53 do relatório do governo, este escreveu que **“para 2023, todos os trabalhadores terão, no mínimo, um aumento de 52,11€ por mês nos seus salários base, sendo também garantida uma valorização de pelo menos 2%”**. Analisemos então a consistência e veracidade destes números do governo.

O AUMENTO SALARIAL MÉDIO DE 3,6% DETERMINARÁ UM AUMENTO DE DESPESA BRUTA, ANTES DOS DESCONTOS PARA O IRS E CGA/SEGURANÇA SOCIAL, NÃO DE 905 MILHÕES € MAS SIM DE 583 MILHÕES € SE SE UTILIZAR A REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA E DE 680,3 MILHÕES € SE SE UTILIZAR O GANHO MÉDIO MENSAL DIVULGADOS PELA DGAEP

O número de trabalhadores atualmente nas Administrações Públicas é 742.000 como consta nas Estatísticas divulgadas pela DGAEP e também no Relatório do OE-2023 (pág. 55).

Segundo a Direção Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP), em abril de 2022, a remuneração base média dos trabalhadores das Administrações Públicas era 1.559€. Se multiplicarmos este valor por **742.000 trabalhadores e por 14 meses obtém-se 16 194 995 880 €**. Um aumento médio de 3,6% sobre este total são **583 019 852 € e não 905.000.000 € como o governo afirma que custará**. Mesmo se utilizarmos o Ganho médio mensal, que inclui tudo o que trabalhador recebe (*subsídio de refeição, horas extraordinárias, etc.*), que era, em 2022, 1819€ a diferença continua a ser enorme. Fazendo os mesmos cálculos agora com base neste valor para os 742.000 trabalhadores das Administração Públicas obtém-se um **aumento de despesa de 680.300.148 € e não os 905.000.000€ que consta na pág. 56 do Relatório do Orçamento do Estado para 2023. As contas do governo não batem certas**.

Se se calcular um aumento da despesa total que resulta de um aumento para todos os trabalhadores de 52,11€ por mês no salário base chega-se também a números muito diferentes dos apresentados pelo governo no Relatório do Orçamento do Estado para 2023. A remuneração base média mensal atual é 1559€ nas Administrações Públicas. Um aumento de 52,11€, representa uma subida de 3,3% e não 3,6% como diz o governo. Segundo o Conselho de Finanças Públicas a inflação aumentará 5,1% em 2023. E esta previsão é a feita ainda em 2022, porque a final e verdadeira será certamente muito maior. No entanto, tendo em conta este aumento de preços - +5,1% - os trabalhadores das Administrações Públicas já têm garantido, à partida, uma perda de poder de compra de -1,7%, a juntar à perda de poder de compra de -7,2% que tiveram em 2022, e a juntar à que tiveram entre 2010 e 2021.

Por outro lado, se multiplicarmos o número total atual de trabalhadores das Administrações Públicas - 742.000 - por 52,11€ e por 14 meses obtém-se 541.318.680€, que é um valor também muito inferior aos 905.000.000€ que o governo afirmou que determinaria de aumento de despesa.

Seria bom e necessário que governo explicasse estas diferenças enormes entre os números a que chegamos utilizando dados oficiais, e as que apresentou no seu Relatório bem como a forma como chegou a um acréscimo de despesa de “905.000.000€ para a atualização da base remuneratória e outras valorizações remuneratórias”. Quais?

MAS O AUMENTO DA DESPESA LÍQUIDA PARA O ORÇAMENTO DO ESTADO DE 2023 COM REMUNERAÇÕES BASE É DE 423,3 MILHÕES € E NÃO OS 905 MILHÕES € COMO DIZ O GOVERNO, PORQUE O GOVERNO “DÁ COM UMA MÃO E RETIRA PARTE DO QUE DÁ COM A OUTRA” (IRS e CGA/SS)

Se o governo pretendesse falar verdade, devia saber e dizer que o aumento real de despesa resultantes da subida das remunerações base para o Orçamento do Estado não pode ser calculado com base nas remunerações ilíquidas ou brutas, como faz no seu Relatório. Isto porque o Estado, logo à cabeça, desconta 11% para a CGA ou Segurança Social e também o IRS. Sai por uma porta e entra por outra. Isto já para não falar do desconto de 3,5% para a ADSE. Só depois de deduzirmos estes descontos (CGA/SS e o IRS), que o governo oculta, é que se pode falar do aumento da despesa efetiva para o O.E. com a subida das remunerações líquidas dos trabalhadores, pois estas é que constituem o seu **“rendimento disponível que levam para casa no fim de cada mês”**, como todos eles sabem muito bem.

Tomando como base a remuneração base média mensal dos trabalhadores – 1.559€ segundo a ADSE – e depois aumentando-a em 3,6% , que segundo o próprio governo será o aumento médio em 2023 – ela passará para 1.615 € - e depois calculando os valores líquidos, ou seja, os que se obtêm depois de deduzir os descontos para a CGA ou Segurança Social e também o valor do IRS, e depois multiplicando os valores obtidos por 742.000 trabalhadores, que é o número atual dos trabalhadores das Administrações Públicas, e por 14 meses, conclui-se que **o aumento de encargos efetivo para o Orçamento do Estado de 2023 resultante da “atualização base remuneratória” é 423,3 milhões €, ou seja, menos de metade do valor de 950 milhões que o governo refere no Relatório do OE-2023**.

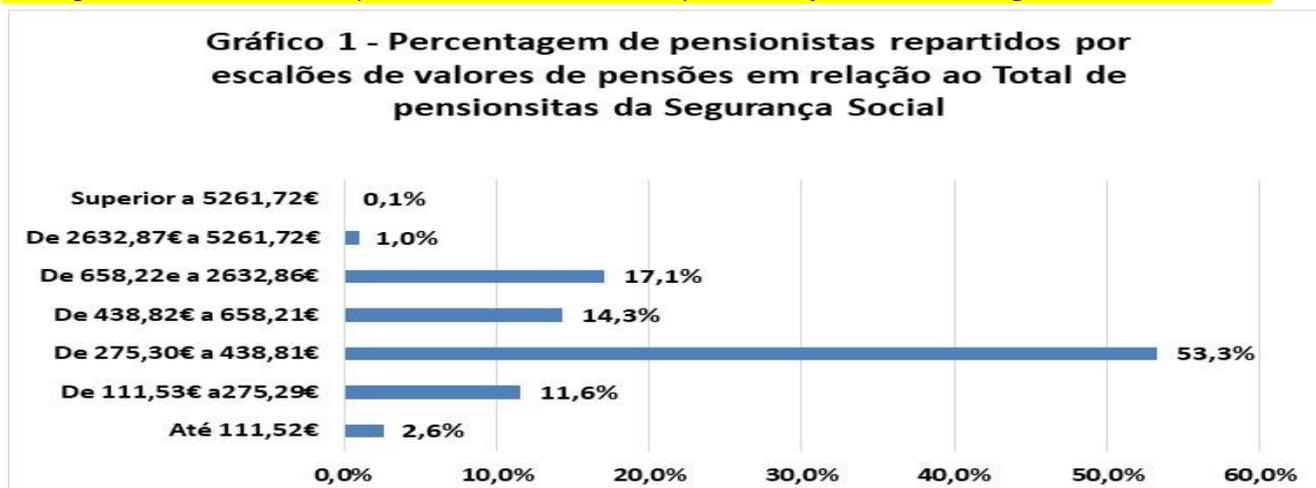
Dividindo aquele valor – 423,3 milhões € - pelos 742.000 trabalhadores de todas Administrações Públicas obtém-se 40,7€ por mês. É este o valor líquido médio de aumento que os trabalhadores da Função Pública terão em 2023 e não Eugénio Rosa – economista – mais estudos disponíveis em www.eugeniorosa.com pág. 1

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

os 52,11€ por mês ditos pelo governo. E isto para compensar uma inflação de cerca de 8% em 2022 e uma inflação superior a 5% em 2023 pois o aumento das remunerações base em 2022 foi apenas de 0,9%. É preciso que o governo fale verdade e deixe de procurar enganar e manipular a opinião pública. É o mínimo que se pede ao governo.

A SITUAÇÃO DOS PENSIONISTAS E A METADE DE AUMENTO QUE VÃO TER EM 2023 EM RELAÇÃO AO QUE TERIAM SE A LEI 53-B/2006, QUE REGULA A ATUALIZAÇÃO DAS PENSÕES, FOSSE CUMPRIDA

O gráfico 1, construído com dados do Relatório e Conta das Segurança Social de 2020 – Parte II, pág.282, (é o último disponível) dá uma informação clara dos valores das pensões pagas pela Segurança Social. E é importante conhecer para se saber quem está a sofrer mais com escalada de preços causada pelas sanções aplicadas pela U.E., com o acordo do governo português, à Rússia por esta ter invadido a Ucrânia, e das sanções aplicadas pela Rússia aos países europeus, como retaliação. Como consta da pág. 42 do Relatório do OE-2023, *“desde o início de 2021, o preço do petróleo duplicou, o de fertilizantes triplicou e os do gás natural transacionado na Europa aumentaram oito vezes”*. As sanções contra Rússia são sanções também contra os países da U.E. e contra os europeus causando uma escalada de preços e tornando possível aos EUA vender à Europa o seu petróleo e gás caro, antes impossível porque os seus custos da produção são mais elevados e aumenta a dependência da U.E. Os europeus estão a pagar tudo isto e os ucranianos a ser massacrados e o seu país a ser destruído e ninguém faz nada para um acordo que ponha fim a esta guerra. A classe média e os pobres não aguentam mais. E os eurocratas em Bruxelas que tomam estas decisões não têm qualquer autoridade moral pois já decidiram que as remunerações na CE vão aumentar 8,5% a partir de jan.2023. A continuar, a ascensão da extrema-direita será inevitável, como está já a acontecer, e aqueles que dizem querer defender a democracia estão de facto a criar condições para ascensão da extrema-direita. A juntar a isto a política de “contas certas”, da redução drástica da dívida pública, em % do PIB, e do défice mais do que outros países da U.E deste governo está a contribuir para aumentar ainda mais a pobreza. **É preciso ter a coragem de dizer tudo isto**



Em 2020, 14,2% dos pensionistas recebiam pensões inferiores a 275,30€, e 53,3% tinham pensões entre 275,30€ e 438,81€. E em 2021 as pensões não tiveram aumentos e, em 2022, as pensões mais baixas até 2 IAS tiveram um aumento de apenas 1% e o complemento de meia pensão, dado uma única vez, não é considerado na pensão de 2022 para fazer em 2023 o aumento entre 3,53% (*pensões mais altas*) e 4,43% (*pensões mais baixas inferiores a 957,4€*). 81,8% do total de pensionistas (*gráfico 1*) recebiam pensões inferiores a 659€ em 2020. No Relatório do OE-2023 (pág. 53), o governo afirma que os aumentos (3,53%/4,43%) determinarão um aumento de despesa para a Segurança Social de 1155 milhões € beneficiando 2.700.000 de pensionistas, o que dá um valor médio mensal de 31€. Mas este valor, a que terá ainda de ser deduzido o IRS se o pensionista estiver sujeito a ele, será distribuído de uma forma desigual recebendo em euros mais quem recebe uma pensão mais elevada e recebendo menos euros quem tem uma pensão menor. E foi a estes pensionistas, em que mais de 80% dos da Segurança Social recebem inferiores a 675€, que o governo decidiu reduzir para cerca metade o aumento que teria de fazer se cumprisse a Lei 53-B/2006. E com o objetivo de confundir e enganar a opinião pública lê-se na pág. 53 do Relatório do OE-2023 que “*tendo em conta este aumento e o complemento excepcional pago aos pensionistas em out.2022 (meia pensão) garante-se que os pensionistas não perdem poder de compra, pois os com menores rendimentos terão um aumento igual a 8%, acima da inflação prevista*”. E isto é uma pura mentira, porque a meia pensão paga em 2022 não entrará no rendimento dos pensionistas em 2023, e a inflação que se verificará, entre o fim de 2021 e o de 2023, será pelo menos de 13,3%. **Mas é mantendo na pobreza de quase dois milhões de pensionistas que o governo pretende aumentar o saldo positivo da Segurança Social, entre 2022 e 2023, de 2543,7 milhões e para 4004,7 milhões € (+57,4%)** como consta do quadro 4.17 que está na pág. 151 do Relatório do Estado para 2023. Estes dados mostram a falsidade da teoria do governo sobre a insustentabilidade da Segurança Social que o governo utilizou como justificação para reduzir para metade o aumento das pensões em 2023. Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt – 17/10/2022

Eugénio Rosa – economista – mais estudos disponíveis em www.eugeniorosa.com pág. 2